



Boa Vista, Roraima, 23 de Julho de 2021.

Sr. Deputado Raúl Grijalva
Presidente
House Natural Resources Committee
U.S. House of Representatives
1511 Longworth House Office Building
Washington DC 20515

V. Ex.^a Sr. Deputado Raúl Grijalva,

Escrevemos em resposta à carta enviada pela Embaixada Brasileira nos Estados Unidos, de 19 de julho, publicada em sua conta da rede social Twitter em 21 de julho de 2021. A comunicação oficial da embaixada brasileira, por sua vez em resposta a mensagem de sua autoria a respeito de recentes ataques na comunidade do Palimiu, faz entender falsamente que a atuação do governo brasileiro tem sido exemplar em coibir a atividade de extração de ouro ilegal e assegurar a segurança dos povos indígenas nas Terras Indígenas do país, e na Terra Indígena Yanomami em particular. As afirmações ali descritas, no entanto, escondem a verdade dramática vivida pelo povo Yanomami e Ye'kwana.

Desde pelo menos 2018, é observado um aumento significativo da atividade garimpeira ilegal no interior da Terra Indígena Yanomami. O aumento coincide com o desmonte da capacidade de atuação dos órgãos de Estado responsáveis pela proteção aos direitos dos povos indígenas e ao meio ambiente – respectivamente, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) –, e com o abandono das estruturas de proteção territorial específicas na Terra Indígena Yanomami.

A atividade garimpeira ilegal na TIY está se expandindo ano a ano e ameaçando a integridade da Terra Indígena Yanomami. Dados obtidos a partir de análises de imagens de satélite de alta resolução indicam que o total da área florestal degradada pela atividade garimpeira ilegal teve um acréscimo de 21% entre dezembro de 2020 e junho de 2021, atingindo um total de 2.702 hectares. O incremento de 463 hectares observado nos primeiros meses de 2021 já soma quase o total de 500 hectares acumulado em todo o ano de 2020. A atividade garimpeira ilegal na TIY ainda segue, portanto, em franca expansão.

Cumpre-nos informar que as operações a que o Sr. Embaixador Nestor Forster faz referência em sua carta resumiram-se a incursões pontuais e até o momento não compreenderam todas as regiões e comunidades afetadas. Uma vez encerradas, o garimpo volta a funcionar normalmente, de modo que a maioria dos núcleos garimpeiros ilegais no interior da Terra Indígena permanecem ativos. Os resultados divulgados até o momento, portanto, são pouco significativos diante da real proporção que a atividade garimpeira ilegal atingiu na Terra Indígena Yanomami.



As operações mencionadas não têm atuado estrategicamente para bloquear o intenso fluxo logístico de garimpeiros e insumos por via aérea, terrestre, e fluvial em direção ao interior da Terra Indígena. Apesar de sentença judicial favorável em 2018, seguem incompletas a reconstrução e pleno funcionamento das Bases de Proteção Etnoambientais (BAPes) – estruturas para o apoio logístico aos órgãos de Estado responsáveis pela fiscalização de ilícito no interior de Terras Indígenas de Povos Isolados e de Recente Contato. Sem sua operação, a Terra Indígena Yanomami permanece desprotegida à incursão da atividade garimpeira ilegal.

O Sr. Embaixador afirma em sua carta que em maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o governo federal a adotar todas as medidas necessárias para proteger a vida, saúde, e segurança das comunidades Yanomami e Munduruku em face das ameaças de invasores em suas terras indígenas. Importa esclarecer que, pelo contrário, a decisão do STF obrigou o envio da Força Nacional de Segurança Pública para impedir a escalada de violência nas Terras Indígenas Yanomami e Munduruku em vista da falta de ações do governo federal, apesar dos insistentes comunicados das lideranças indígenas às autoridades públicas. A decisão do Supremo Tribunal Federal foi expedida um ano após a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) haver outorgado medidas cautelares de proteção em favor dos membros dos povos indígenas Yanomami e Ye'kwana no mesmo sentido.¹

Mesmo respaldados pela ordem da Corte Constitucional do país, agentes da Polícia Federal que participaram da respectiva operação criticaram publicamente a ausência de colaboração das forças do Exército da área de fronteira para o apoio logístico à operação, configurando ações de boicote que comprometeram os resultados da operação.²

Tampouco tem sido satisfatória a política adotada para proteção da saúde das comunidades Yanomami e Ye'kwana do Brasil. O acesso à saúde especial indígena, que no passado foi capaz de controlar fortes epidemias de malária e sarampo entre os Yanomami e Ye'kwana, tem funcionado de forma precária ao longo da pandemia da COVID-19, e muitas regiões da Terra Indígena Yanomami seguem desatendidas. Os dados epidemiológicos mais recentes das comunidades indígenas agora atingem índices gravíssimos, com alta incidência de malária³ e desnutrição⁴, em particular nas comunidades afetadas pelo garimpo ilegal. A má gestão da saúde indígena vem também afetando as taxas de vacinação contra a COVID-19, que segundo dados oficiais alcançaram taxas mais baixas que o observado em demais Terras Indígenas do país⁵.

¹ <https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2021/129.asp>

²

<https://blogs.oglobo.globo.com/bela-megale/post/integrantes-da-pf-veem-boicote-de-militares-em-operacoes-contraga-rimpo-ilegal.html>

³ Em números absolutos, no DSEI Yanomami houve registro de 9.738 casos, em 2018, 14.827, em 2019, e 19.828, em 2020.

⁴ Na região do Parafuri, historicamente afetada pelo garimpo, 7 em cada 10 crianças de até 5 anos apresentam déficit nutricional.

⁵ Apenas 64% da população alvo da TI Yanomami (com mais de 18 anos) recebeu a segunda dose da vacina. Dados disponíveis no site do Ministério da Saúde (https://qsprod.saude.gov.br/extensions/imunizacao_indigena/imunizacao_indigena.html)



Enquanto este cenário se desenrola na Terra Indígena Yanomami, o governo vem promovendo iniciativas para retroceder garantias legais à proteção dos direitos dos povos indígenas constitucionalmente reconhecidos no país. Em janeiro de 2020, foi apresentado o Projeto de Lei 191, de iniciativa do Presidente, que busca abrir as Terras Indígenas do país à exploração mineral e outras atividades econômicas de alto impacto social e ambiental, incluindo o garimpo. Neste ano, outro Projeto de Lei, o PL 490/2007 avança no Congresso, prevendo dispositivos que ameaçam gravemente a vida dos povos indígenas do país, com possibilidade de revisão de demarcação das Terras Indígenas, o contato forçado com povos indígenas isolados, entre outras ameaças – o projeto conta com o apoio explícito do governo Executivo. Os povos indígenas do Brasil não foram consultados na elaboração dos Projetos de Lei mencionados, desrespeitando os dispositivos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário.

Como o Senhor Deputado deve imaginar, as comunidades indígenas estão sentindo diretamente os efeitos dessa política oficial em suas vidas. A profundidade das ameaças se tornou notória com a repercussão mundial dos recentes ataques armados sofridos nas comunidades do Palimiu. A ameaça direta contra sua segurança e suas vidas, em sua própria Terra Indígena, vem em conjunto com demais impactos diretos sobre seus direitos mais básicos. A disseminação de doenças infecciosas; a inviabilização do usufruto de partes de sua terra tradicional; a fragilização de sua segurança alimentar; a contaminação pelo mercúrio utilizado na extração ilegal de ouro; o assédio, rapto e tentativa de compra por ouro de mulheres indígenas; o desvio ilegal de medicamentos exclusivos dos indígenas, inclusive vacinas, para atender garimpeiros; são algumas das queixas de nossos parentes que podemos mencionar.

Sr. Deputado Raúl Grijalva, ao contrário do que afirma oficialmente o governo brasileiro, não é exagerado dizer que o povo Yanomami e Ye'kwana do Brasil, ao lado de demais etnias originárias no país, estão atualmente vivendo sob graves violações de direitos humanos, sem que o governo atue em conformidade com seus deveres constitucionais e compromissos assumidos internacionalmente para proteger, respeitar, e realizá-los. A reiterada retórica anti-indígena do presidente Jair Bolsonaro's revela suas intenções.

Estamos à disposição para esclarecer os detalhes da situação atualmente vivida por nossos parentes nas comunidades da Terra Indígena Yanomami.

Respeitosamente,

Davi Kopenawa Yanomami
Presidente
Hutukara Associação Yanomami